

Controladoria
Geral do
Estado



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

ANEXO V DO PLANO OPERACIONAL DAS AÇÕES DE CONTROLE – POAC

Exercício 2021

Versão Atualizada em 24/08/2021

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO

JANEIRO / 2021

CONTROLE DE ALTERAÇÕES

Versão	Data	Responsável	Descrição das Alterações
5.1	21.06.2021	Maria José Oliveira e Silva	Atualização
5.0	27.01.2021	Rogério Cardoso de Santana	Versão 05
4.0	18.01.2021	Adriano Abreu de Castro	Versão 04
3.0	08.01.2021	Rafael Rezende Aidar	Versão 03
2.0	20.12.2020	Adriano Abreu de Castro	Versão 02
1.0	30.11.2020	Rafael Rezende Aidar	Versão 01

Sumário

SUMÁRIO	Erro! Marcador não definido.
COLABORADORES.....	4
1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	5
2. EQUIPE DO PROJETO.....	6
3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROJETO	7
3.1 ANTECEDENTES.....	7
3.2 ANÁLISE DO PROBLEMA	8
3.3 COMO CONDUZIR OS TRABALHOS DE INSPEÇÃO.....	9
4. OBJETIVO DO PROJETO.....	12
5. ANÁLISE DE ENVOLVIDOS.....	13
PARTES INTERESSADAS (<i>Stakeholders</i>)	13
ÁREA EXTERNA / INTERNA ENVOLVIDA	13
6. ESCOPO DO PROJETO.....	14
PRODUTOS/ENTREGAS DO PROJETO	14
EXCLUSÕES DO PROJETO	14
RESTRICÇÕES	14
PREMISSAS	14
7. METAS DO PROJETO.....	17
8. PLANO ORÇAMENTÁRIO	19
9. RISCOS DO PROJETO	20
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21

COLABORADORES

SECRETÁRIO CHEFE DA CGE

Henrique Moraes Ziller

SUBCONTROLADOR DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO

Stella Maris Husni Franco

SUPERINTENDENTE DE INSPEÇÃO

Claudio Martins Correia

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO

Ivo César Vilela

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Projeto:

Monitoramento Total dos Recursos Orçamentários.

Área Solicitante

GAB/CGE

Data da Elaboração

18.01.2021

Cliente:

Stella Maris Husni Franco – Subcontrolador (a)

Patrocinador:

Henrique Moraes Ziller – Controlador Geral do Estado de Goiás

Gerente do Projeto:

Ivo César Vilela

Unidade

GIPF/ SUPINS/CGE

E-mail dos Gerentes do Projeto

ivo.vilela@goias.gov.br

Telefones dos Gerentes

(62) 3201-5301 / 5302

2. EQUIPE DO PROJETO

A Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização é composta pelos seguintes servidores:

TABELA 01 -RELAÇÃO DE SERVIDORES DA GEIFP		
Nº	SERVIDORES	CARGO
1	Ivo César Vilela	Gerente/ Gestor de Finanças e Controle
2	Antônio Sávio de Moraes	Gestor de Finanças e Controle
3	Carlos Milhomem de Oliveira	Gestor de Finanças e Controle
4	Cláudio Rodrigues Lomeu	Gestor de Finanças e Controle
5	Cristiane Cruvinel Machado	Gestor de Finanças e Controle
6	Cristina Tamiko Nakano	Gestor de Finanças e Controle
7	Diógenes Japiassú Filho	Gestor de Finanças e Controle
8	Érika Moreno Camargo	Gestor de Finanças e Controle
9	Flavia Cristina dos Santos Scarpa*	Gestor de Finanças e Controle
10	Jânio Rodrigues de Sá	Gestor de Finanças e Controle
11	José Malto Elias	Gestor de Finanças e Controle
12	Kioji Iwasse	Gestor de Finanças e Controle
13	Maria José Oliveira e Silva	Gestor de Finanças e Controle
14	Rafael Rezende Aidar	Gestor de Fiscalização
15	Rogério Cardoso de Santana	Gestor de Finanças e Controle
16	Rosane Cândida Martins	Gestor de Finanças e Controle
17	Thais Borges Maníglia	Líder de Área ou Projeto
18	Úrsula Flávia Pereira Pinto Bezerra	Gestor de Finanças e Controle
19	Valéria Eunice de Souza Almeida	Assessora

* servidora com carga horária diária reduzida para 6h.

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROJETO

3.1 ANTECEDENTES

Em 2019, o Secretário Chefe da Controladoria Geral do Estado de Goiás instituiu Portaria nº 165/2019, na qual definiu-se a estruturação das Ações de Controle Interno. Por meio da supracitada Portaria criou-se o Plano Operacional das Ações de Controle – POAC, que é um instrumento gerencial que indica as ações de controle planejadas para o período de 12 meses. Para a elaboração do POAC a CGE pauta-se nas diretrizes estratégicas da CGE, incluídas as auditorias e inspeções periódicas, baseada em consulta a stakeholders, materialidade, relevância, criticidade, efetividade e agregação de valor à gestão, inclusive para a inclusão das ações de controle originalmente não programadas.

No POAC de 2020, lançou-se como atividade central o Programa de Monitoramento Total, cujo objetivo principal, dentro do contexto da atividade inspeccional, é antecipar ao processo de contratação de BENS e SERVIÇOS, criando um banco de dados no qual seja possível verificar durante o processo de contratação fatos que possam contribuir para uma gestão com eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos, e se for o caso recomendar alterações no processo de contratação. Na ocasião foram definidas algumas atividades principais, quais sejam:

- a) Promover a integração dos sistemas corporativos do Estado de Goiás, e que esta integração seja realizada de maneira a evitar o retrabalho de servidores na execução de suas tarefas, otimizando as ações de inspeção;
- b) Criar painel a partir da integração dos sistemas corporativos que auxilie na escolha dos processos mais relevantes a serem inspecionados, com base em critérios de seleção pré-definidos, considerando os riscos, bem como o potencial de maior dano ao Erário;
- c) Intensificar as inspeções prévias com foco numa atuação preventiva nos processos licitatórios;

Entretanto, em 2020, os quantitativos executados foram influenciados pelo atual SURTO DE CORONAVÍRUS. Com a edição do Decreto Estadual 9.653/2020 – que dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus - todos os processos, referentes a despesas realizadas para o cumprimento das ações relativas à situação de emergência de COVID-19, passaram a ser formalmente acompanhados pela CGE.

Além disso, com a emissão do Decreto Estadual 9.649/2020, posteriormente revogado pelo Decreto Estadual 9.737/2020, o qual estabeleceu *medidas de racionalização de gastos com pessoal e outras despesas correntes e de capital, na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e nas empresas estatais dependentes*, os processos referentes às licitações, chamamentos, dispensas e inexigibilidades, além daqueles relacionados aos aditivos contratuais cujo valor excedesse a 2 milhões de reais passaram a ser formalmente encaminhados para a manifestação desta CGE, por força da “ATA DE REUNIÃO Nº 04/2020” da CÂMARA DE GESTÃO DE GASTOS.

Durante o ano de 2020 esta equipe de inspeção promoveu um incremento das ações de análise preventiva, analisando centenas de processos de contratações e aquisições com foco principal na verificação dos quantitativos pleiteados e nos valores estimados. Tais

ações proporcionaram uma economia potencial significativa, e conseqüentemente, uma importante melhoria na qualidade do gasto público.

As demais atividades como: inspeção, análise de chamamentos públicos, análises de diárias/hospedagem/alimentação, análise de conselhos e regulamentos, e outros diversos, seguiram o trâmite normal, porém vale ressaltar que ao longo do ano surgiram demandas novas encaminhadas por *Stakeholders*, além daquelas já planejadas, com destaque para solicitações de informações por parte do Ministério Público e denúncias formais registradas junto à Ouvidoria e protocolo da CGE.

3.2 ANÁLISE DO PROBLEMA

As informações abaixo revelam a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão do Governo do Estado de Goiás, com destaque voltado ao Controle e Monitoramento dos recursos orçamentários, desde o início da despesa (processo de aquisição / compras e contratação de serviços).

A Matéria do Diário da Manhã, publicada em 14 de julho de 2020, trouxe, até aquele mês, a economia potencial que o Estado de Goiás obteve em 2020 com o trabalho desenvolvido:

Atuação da CGE gera economia de R\$ 226 milhões ao Governo

DA REDAÇÃO

Seguindo determinação do governador Ronaldo Caiado, a Controladoria Geral do Estado (CGE), que tem Henrique Mitrás Ziller à frente, analisou procedimentos de compras e contratações que somaram mais de R\$ 4 bilhões no primeiro semestre de 2020, incluídas as emergenciais no enfrentamento ao Covid-19. As sugestões e as recomendações da CGE nesses processos geraram economia imediata de R\$ 226,8 milhões ao Governo de Goiás, o que representa redução de 5,6% do valor total.

De março a junho, a CGE-GO inspecionou 106 processos de compras e contratações emergenciais exclusivas para o combate à pandemia do coronavírus, que totalizam R\$ 440,2 milhões. Nesses, o órgão emitiu sugestões e recomendações que representaram uma economia ao Tesouro Estadual no valor de R\$ 35,5 milhões. Os resultados alcançados são fruto da parceria entre a CGE-GO e os demais órgãos do Estado

e da modernização da gestão executada pelo governador Ronaldo Caiado, que promoveu a atuação preventiva do Programa de Compliance Público de Goiás.

Para obter essas reduções, a CGE-GO colabora com os órgãos estaduais principalmente no sentido de adequar os quantitativos e os modelos de bens a serem adquiridos, ou dos serviços a serem contratados e, também, no sentido de adequar as estimativas de preços.

Além disso, a CGE-GO também avalia a adequação dos processos à legislação vigente, e colabora com sugestões específicas para casos especiais, como, por exemplo, recomendações de ações para garantir o recebimento dos produtos e serviços com o padrão de qualidade desejado.

A busca pela efetividade em sua atuação só é possível em função do trabalho competente e rápido da equipe de servidores do órgão. Por envolverem risco de vidas, os procedimentos das compras emergenciais para combate ao covid-19 rece-



Henrique Ziller, controlador-geral do Estado

bem atenção prioritária e foram liberados em tempo médio de quatro dias, enquanto os demais processos, que são mais

complexos e demandam análise mais detalhada, foram liberados em tempo médio de 12 dias, índice considerado muito bom.

Atuação efetiva

Em um processo de compras de aquisição de máscaras para proteção dos servidores do órgão, a CGE verificou que na verdade o modelo solicitado equivalia a uma máscara cirúrgica tripla descartável, próprio para servidores da área da saúde. O órgão solicitante acatou a sugestão da CGE de que nesse caso poderiam ser adquiridas máscaras simples, artesanais, o que gerou economia de R\$ 10,4 milhões.

Outra ação positiva ocorreu na aquisição de 50 ventiladores pulmonares para equipar hospitais de campanha, ao custo de R\$ 30 milhões. Diante da pressão que existe hoje em todo o planeta para aquisição deste tipo de equipamentos, era necessário garantir o recebimento do exato produto adquirido, particularmente porque o pagamento deveria ser adiantado.

A abordagem atual tem como princípio norteador a prevenção, de forma que os contratos/aditivos sejam celebrados com justificativas adequadas (tanto do escopo da licitação, quanto dos quantitativos orçados) e tenham preços com comprovada razoabilidade dentro dos requisitos legais.

Até o final de novembro de 2020, foram realizadas 450 análises preventivas em processos de licitações e aditivos contratuais, as quais totalizam R\$ 6.769.755.752,24 de recursos fiscalizados, com uma potencial economia aos cofres públicos de R\$ 316.602.242,16.

Também foram realizadas fiscalizações em contratos/ajustes já pactuados, sempre que possível com o foco preventivo, além de outras atividades ordinariamente desenvolvidas neste setor.

3.3 COMO CONDUZIR OS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Diante dos bons resultados obtidos no ano de 2020, ações previstas no POAC 2020 serão mantidas para o ano de 2021, sendo: manifestação prévia em licitações e aditivos contratuais, inspeções, análise da composição dos membros dos conselhos e diretoria de empresas de pequeno porte, análise de regulamentos de compras de organizações sociais, análise de diárias, hospedagem e passagens, manifestações em SAC/IAC e outras demandas, conforme item 7 deste anexo.

A definição dos quantitativos foi realizada com base no histórico executado em 2020. Nos quantitativos previstos, foram consideradas as solicitações de análises de processos licitatórios, enviadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo (e, em alguns casos, Estatais), incluindo as reanálises processuais realizadas com o fito de verificar o atendimento das ressalvas emitidas, além daquelas manifestações pertinentes a aditivos contratuais. Em virtude do Projeto Monitoramento Total, também serviram de esteio para a definição dos quantitativos os processos acompanhados por meio dos painéis gráficos realizados com o auxílio da Assessoria de Inteligência da CGE.

De toda a sorte, em razão do Decreto nº 9.778, de 07 de janeiro de 2021, que prorrogou o prazo de situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás, poderemos ter ainda o encaminhamento formal a esta CGE dos processos emergenciais COVID-19 ou daqueles encaminhados por força da “ATA DE REUNIÃO Nº 04/2020” da CÂMARA DE GESTÃO DE GASTOS.

Como nova proposta de atuação, será realizado em 2021, um novo projeto de atuação preventiva dentro da Secretaria de Estado da Saúde – SES, com o objetivo de ampliar a atuação de análises prévias de licitações realizadas pelos órgãos, principalmente naqueles que detêm a maior parte do orçamento público estadual.

Neste novo projeto, esta Gerência de Inspeção irá destacar 02 (dois) servidores para ficarem responsáveis pelo acompanhamento concomitante das licitações a serem realizadas pela SES. Para isso, será aberto um canal de comunicação desta Gerência com o departamento de licitações da SES, de tal forma que esta Controladoria possa ser informada semanalmente dos principais processos licitatórios a serem instaurados.

Por conseguinte, além do projeto monitoramento total, que continuará atuante com a devida busca de licitações publicadas nos sites institucionais, a equipe destacada irá buscar junto ao órgão os processos de contratações, definindo em conjunto com o órgão os processos que necessitem de manifestação desta Controladoria.

Esse tipo de ação mais aproximada do órgão possibilitará a identificação de possíveis inconsistências já na origem dos processos, evitando a ocorrência de impropriedades de forma tempestiva, e ainda poderá promover, também, um ganho de melhoria dos processos de contratações, na medida em que poderá identificar falhas recorrentes que poderão ser tratadas e evitadas em processos futuros.

Seguem abaixo esclarecimentos sobre as atividades inspecionais a serem realizadas:

a) **ANÁLISE PRÉVIA EM LICITAÇÕES/ADITIVOS CONTRATUAIS**

Para tanto, serão acompanhadas, sempre que possível, as licitações que se enquadrarem nos seguintes critérios:

TABELA 02 - ESTIMATIVA DE ANÁLISE PRÉVIA EM LICITAÇÕES		
MODALIDADE	VLR REFERÊNCIA PARA ANÁLISE	% ESTIMANDO
		DE RECURSOS A SEREM ANALISADOS
Concorrência	R\$ 1.000.000,00	97,80%
Inexigibilidade	R\$ 200.000,00	97,09%
Outras Dispensas	R\$ 500.000,00	98,69%
Pregão Eletrônico	R\$ 1.000.000,00	79,05%
Pregão Eletrônico SRP	R\$ 1.000.000,00	99,21%
Pregão Presencial	R\$ 1.000.000,00	95,43%
Tomada de Preço	R\$ 200.000,00	99,24%
TOTAIS		96,75%

Obs. Percentuais referentes ao histórico de processos por modalidade obtido junto ao Portal da Transparência, considerando a média dos anos de 2019 e 2020 (até 20 novembro)

No histórico demonstrado na tabela 03 do item 7 deste anexo, não estão contabilizadas as licitações de empresas estatais, uma vez que no Portal de Transparência esses dados não são fornecidos, o que não impede o eventual acompanhamento e manifestação deste Órgão Central de Controle em casos específicos.

b) INSPEÇÕES

b1) Inspeções em Licitações e aditivos Contratuais e Emergenciais - Consiste em atividades fiscalizadoras com vistas a verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo, sendo consideradas, para efeito deste tópico, as inspeções relativas à execução orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial, em especial as análises das contratações públicas (contratação, fiscalização dos contratos, aditamentos, recebimentos do objeto, registros patrimoniais e outras fases relevantes do procedimento de contratação).

b2) Inspeção de Pessoal e Folha Pagamento - Consiste em realizar inspeções de pessoal e da folha de pagamento nos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás, preferencialmente mediante elaboração de trilhas eletrônicas de inspeção, decorrentes de (i) monitoramento eletrônico ou por outros meios das rubricas da folha de pagamento; (ii) análises de situações funcionais e financeiras dos servidores; e (iii) apuração de denúncias.

Além dos resultados específicos, as inspeções de pessoal e folha de pagamentos, sempre que necessário, sugerirão melhorias nos processos de trabalho, na legislação pertinente e apresentação de propostas de manutenções corretivas e evolutivas nos sistemas informatizados existentes, bem como criação de novos sistemas informatizados.

b3) inspeções dos Convênios, Subvenções e outras forma repasses realizadas pelo Poder Executivo - Consiste em atividades fiscalizadoras com vistas a verificar a eficácia, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos recebidos/repasados pelo Poder Executivo, sendo consideradas, para efeito deste tópico, as inspeções relativas à execução do objeto / plano de aplicação, considerando os aspectos orçamentário, financeiro, contábil, operacional e patrimonial, em especial as análises dos recursos aplicados provenientes das referidas transferências (contratação, fiscalização dos contratos, aditamentos, recebimentos do objeto, registros patrimoniais e outras fases relevantes da execução do objeto/plano de aplicação).

- c) **ANÁLISES DE CONSELHOS**
Consiste em análises de composição dos membros de Conselhos de Administração e Fiscal de Empresas Estatais, por força do Decreto nº 9.402/2019. Os quantitativos foram estimados de acordo com a execução em 2020.
- d) **ANÁLISES DE REGULAMENTOS**
Consiste em análises dos Regulamentos de Compras das Organizações Sociais, por força da Lei nº 15.503/2005. Os quantitativos foram estimados de acordo com a execução em 2020.
- e) **ANÁLISES DE DIÁRIAS, HOSPEDAGEM E PASSAGENS**
Consiste em análises das concessões de diárias, hospedagens e passagens aéreas dos órgãos e entidades do Poder Executivo, por força do Decreto nº 9.737/2020. Os quantitativos foram estimados de acordo com a execução em 2020.
- f) **ANÁLISES DE MANIFESTAÇÕES SAC/IAC**
Consiste em análises das manifestações dos órgãos às Solicitações de Ação Corretiva – SAC e/ou Informativos de Ação de Controle – IAC, emitidos pelo Secretário, em decorrência de atividades fiscalizadoras. Os quantitativos foram estimados de acordo com a execução em 2020, ajustadas às perspectivas para 2021.
- g) **OUTRAS DEMANDAS**
Eventualmente são feitas consultas externas a esta Gerência, não englobadas pelas demais atividades. Dessa forma, foram estimados quantitativos para esta atividade.

Além disso, está prevista, ainda, a realização de estudo em conjunto com a Assessoria de Inteligência em Controle Interno, para identificar quais instrumentos jurídicos estão sendo elaborados (Convênios, Termos de Cooperação/Colaboração, Termos de Parceria ou Subvenções) para a realização de Transferências Voluntárias às Organizações da Sociedade Civil (OSC), bem como, verificar os controles existentes, referentes aos principais órgãos concedentes do Poder Executivo.

4. OBJETIVO DO PROJETO

O que se busca com o Monitoramento Total é que as ações de controle realizadas no âmbito desta CGE possam contribuir para a melhoria da gestão pública, aumentar e proteger o valor organizacional das instituições, possibilitando o aperfeiçoamento dos controles internos e a geração de informações tempestivas e preventivas para subsidiar a tomada de decisão dos órgãos e entidades examinados.

Almeja-se antecipar ao processo de contratação de **BENS e SERVIÇOS**, criando um banco de dados no qual seja possível verificar durante o processo de contratação fatos que possam contribuir para uma gestão com eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos e, se for o caso, sugerir alterações no processo de contratação.

5. ANÁLISE DE ENVOLVIDOS

PARTES INTERESSADAS (*Stakeholders*)

Nome	Papel	E-mail	Órgão/Área	Telefone / Ramal
Henrique Moraes Ziller	Patrocinador	henrique.ziller@goias.gov.br	CGE	5352
Stella Maris Husni Franco	Cliente	stella.franco@goias.gov.br	GAB/CGE	5352
Claudio MartinsCorreia	Cliente	claudio.correia@goias.gov.br	SUPIN/CGE	5301
Ivo César Vilela	Gerente de Projeto	ivoc.vilela@goias.gov.br	SUPAUD/GEAC	5302
Equipe Técnica	Atividades operacionais		GEIPF/CGE	5302
Órgãos e Entidades	Dirigentes de órgãos e entidades		Todos os órgãos e entidades	-
Ministério Público de Goiás e Tribunal de Contas de Goiás	Dirigentes			

ÁREA EXTERNA / INTERNA ENVOLVIDA

Unidade	Área	Descrição da participação de cada unidade/área no projeto
Gabinete do Chefe da CGE	<ul style="list-style-type: none"> Gabinete; Subcontroladoria de Controle Interno e Correição; Subcontroladoria de Transparência, Controle Social e Ouvidoria 	<ul style="list-style-type: none"> Patrocínio ao Projeto. Recepção e tratamento de informações decorrentes dos produtos do Projeto.
Superintendência de Gestão Integrada	Gerências: <ul style="list-style-type: none"> de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; Execução Orçamentária e Financeira De tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio administrativo decorrentes do Projeto. Apoio tecnológico à consecução do projeto.
Superintendência de Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> Gerência de Monitoramento 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento das SAC's e IAC's Cobrar dos órgãos o cumprimento das exigências encaminhadas por meio de Despachos, Notas técnicas, Sac's e IAC's
Assessoria de Inteligência em Controle Interno	<ul style="list-style-type: none"> Assessoria de Inteligência em Controle Interno 	<ul style="list-style-type: none"> produzir informações estratégicas para subsidiar as atividades realizar análise de dados e desenvolver as trilhas eletrônicas utilizadas no apoio às ações de controle instituir e manter banco de dados para apoiar as atividades de produção de informações estratégicas
Alta administração dos órgãos/entidades	<ul style="list-style-type: none"> Secretários, Presidentes de órgãos, e outros 	<ul style="list-style-type: none"> Patrocínio do projeto. Cumprir as determinações emitidas pelo Gabinete da CGE
Nível operacional	Gestores de Inspeção/Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> Execução das ações do projeto.

6. ESCOPO DO PROJETO

PRODUTOS/ENTREGAS DO PROJETO:

- a) **Despacho:** documento emitido nas análises dos editais de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade para contratação de serviços e aquisições diversas, e seus respectivos aditivos. Também é usado em outras ações de controle desta Gerência, como em análises de Regulamento de Compras das Organizações Sociais (Lei 15.503/2005, art. 17) e nas análises das concessões de diárias, hospedagem e passagens aéreas (Decreto Estadual 9.737/2020, art. 7º, §2º);
- b) **Boletim de Inspeção – BI:** É o documento que comporta os Achados de cada Inspeção, emitido a qualquer tempo pela equipe de inspeção, aprovado pelas instâncias hierárquicas competentes para registro das constatações dos atos e fatos de gestão, com vistas à emissão de SAC ou IAC.
- c) **Nota Técnica – NT:** documento utilizado para a emissão de opinião ou orientação técnica não vinculativa relativamente ao andamento de processos administrativos, à análise de atos de gestão e à resposta a consultas.
- d) **Planilha –** Planilha de monitoramento eletrônico das atividades correlatas aos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Recursos Humanos, Convênios, Subvenções e outras formas repasses realizadas pelo Poder Executivo

EXCLUSÕES DO PROJETO

- Processos de contratação com valores abaixo dos limites definidos na tabela 3 deste trabalho.
- A avaliação de qualquer gasto com pessoal fora do Sistema de Recursos Humanos do Estado – RHNet.

RESTRIÇÕES

- As atividades previstas ocupam 100% da mão de obra disponível para a realização dessas atividades, portanto novas demandas só poderão ser executadas após análise do Gabinete da CGE.

PREMISSAS

Para implementação do Projeto com sucesso, pressupõe-se:

- Comprometimento e disponibilidade de servidores;
- Acesso total a todos os bancos de dados dos sistemas corporativos;
- Estrutura física e logística de acordo com as necessidades dos trabalhos;
- Implantação de softwares para melhor controle e ganho de eficiência;
- Envolvimento da alta gestão.

Ressalta-se ainda como premissas, a utilização dos Painéis Gráficos, do SGI e os trabalhos decapacitação constante da equipe de trabalho:

a) PAINÉIS GRÁFICOS

Como previsto no POAC-2020, consolidando o monitoramento através de ferramenta de controle, houve a criação de PAINÉIS GRÁFICOS com as principais informações relacionadas às licitações do poder público (tanto as em andamento, quanto aquelas concluídas), de sorte a possibilitar o acompanhamento/monitoramento, com base nos critérios consignados no item 7.1 – TABELA 03.

Os mencionados painéis são gerados pela Assessoria de Inteligência em Controle Interno através das informações diárias do COMPRAS-NET (Sistema responsável pela gestão de compras do Estado).

A disponibilização dos Painéis é feita através do Qlik Sense, ferramenta online de visualização/exploração de dados.

Painel Compras: processos

Calendário: Data Solicitação de Aquisição

ORGÃO: CARGA_DADOS: VALOR ESTIMADO ACIMA DO VALOR DE REFERÊNCIA: DESCRICAO_ITEM:

NATUREZA: ÚLTIMA CARGA NO BANCO: N: * LOCAÇÃO DE PUFFE:

S: (Imobilizador lateral de

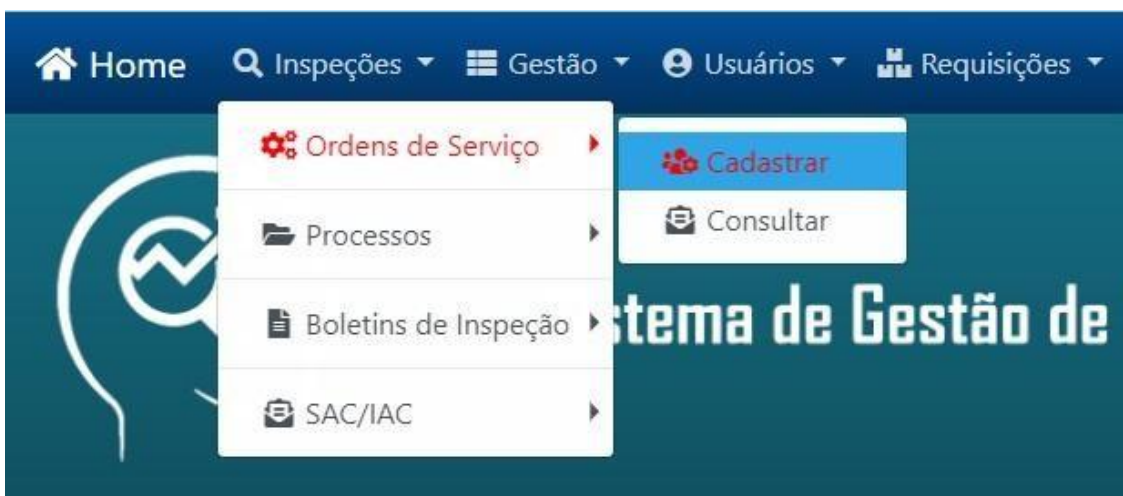
ANO	ÓRGÃO	MODALIDADE	PROCESSO	DATA SOLICITAÇÃO AQUISIÇÃO	SOLL. AQUIL.	VALOR ESTIMADO AUTORIZADO	VALOR ADJUDICADO	OBJETO	STATUS LICITAÇÃO
Totais						R\$23.343.563.526,48	R\$28.145.311.59...		
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002559	20/11/2020	78208	R\$991.000,00	R\$991.000,00	Valor destinado a cobrir despesas parciais com o Contrato nº 023/2016-PR-NEJUR (vigente até 20/12/2020), equivalente a execução dos	Concluída
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002661	20/11/2020	78202	R\$524.000,00	R\$524.000,00	Valor destinado a cobrir despesas com parte do Contrato nº 008/2017-PR-NEJUR (vigente até 15/03/2021), celebrado com a firma supra	Concluída
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002665	20/11/2020	78204	R\$200.000,00	R\$200.000,00	Valor destinado a cobrir despesas com parte do Contrato nº 011/2016-PR-NEJUR, (com vigência até 20/12/2020), celebrado com a firma supra	Concluída
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002666	20/11/2020	78201	R\$340.000,00	R\$340.000,00	Valor destinado a cobrir despesas com parte do contrato nº 045/2016-PR-NEJUR, (vigência até 30/04/2021), celebrado com a firma supra,	Concluída
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002668	20/11/2020	78206	R\$193.000,00	R\$193.000,00	Valor destinado a cobrir despesas com o contrato nº 002/2016-PR-NJ (com vigência até 08/01/2021), para execução dos serviços de	Concluída
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002669	20/11/2020	78207	R\$268.000,00	R\$268.000,00	Valor destinado a cobrir despesa com o contrato nº 001/16-PR-NEJUR, (com vigência até 20/12/2020), para execução dos serviços	Concluída
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002670	20/11/2020	78208	R\$334.000,00	R\$334.000,00	Valor destinado a cobrir despesa com o contrato nº 043/2016-PR-NEJUR, (com vigência até 26/04/2021), para execução dos	Concluída
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002673	20/11/2020	78210	R\$1.282.000,00	R\$1.282.000,00	Valor destinado a cobrir despesas parciais com o Contrato nº 009/2016-PR-NJ (vigente até 08/01/2021), cujo objeto consiste na execução	Concluída
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002674	20/11/2020	78211	R\$742.000,00	R\$742.000,00	Valor destinado a cobrir despesas com parte do Contrato nº 016/2016-PR-NEJUR (com vigência até 20/12/2020), para a execução dos	Concluída
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002675	20/11/2020	78212	R\$1.098.000,00	R\$1.098.000,00	Valor destinado a cobrir despesas com o contrato 004/2016-PR-NEJUR, (com vigência até 20/12/2020), cujo objeto é a execução dos	Concluída
2020	GOINFRA - Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte	Pregão Presencial	201500030002677	20/11/2020	78213	R\$574.000,00	R\$574.000,00	Valor destinado a cobrir despesas com o	Concluída

b) SGI – SISTEMA DE GESTÃO DE INSPEÇÕES E AUDITORIAS

O SGI – Sistema de Gestão de Inspeções e Auditorias foi desenvolvido pela Gerência de Tecnologia em conjunto com a Superintendência de Inspeção ao longo de 2020, encontrando-se atualmente em fase de homologação.

Esse sistema permitirá a gestão completa de todas as Ordens de Serviço emitidas, sejam para atividades de inspeção em contratos ou atividades de análises em processos de licitações/aditivos.

Possuindo integração com o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, o SGI não só contribui para uniformizar as atividades da Superintendência, como também fornecerá importante banco de dados para a CGE, de onde poderão ser extraídos relatórios gerenciais que fornecerão dados importantes para o constante aperfeiçoamento técnico dos trabalhos desenvolvidos, tornando-os cada vez mais eficientes.



c) CAPACITAÇÃO DA EQUIPE

As ações de capacitação objetivam promover o fortalecimento das atividades de fiscalização, aperfeiçoando os conhecimentos, habilidades e competências técnicas dos servidores da GEIPF. Nesse sentido, além dos cursos ordinariamente oferecidos pela Escola de Governo do Estado de Goiás para o ano de 2021, que não oneram financeiramente a execução deste projeto, está prevista a participação de 06 servidores no evento a seguir (ou similar):

Ação	Tipo	Horas Previstas	Participantes	HH total	Estimativa Total de Custos
Capacitação no tema (ou similar): Licitações e Contratos - 50 Temas mais polêmicos	Capacitação on line no INSTITUTO PROTEGE ESCOLA BRASIL	20h	6	120	R\$ 10.000,00

Obs. Foram previstas menos capacitações do que a quantidade de integrantes da Gerência, pois aqueles que se capacitarem multiplicarão os conhecimentos com demais servidores.

7. METAS DO PROJETO

A Projeção do Plano Operacional no Exercício de 2021 para a Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização, está consolidada na Tabela 03:

TABELA 03 - PLANO OPERACIONAL - EXERCÍCIO 2021								
AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	TIPIFICAÇÃO	ENTREGA	QTD. DE SERVIDORES	QTD. TOTAL DE HORAS ÚTEIS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
Inspeção de acompanhamento da gestão	Manifestação prévia em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais	Analisar os processos de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade (e aditivos contratuais), verificando possíveis impropriedades / irregularidades nas documentações que integram os autos analisados	Essencial Obrigatória	Despacho	8,74	11.640	24	485
	Análise da composição dos membros dos conselhos e diretoria de empresas de pequeno porte	Verificar o atendimento do disposto no Decreto Estadual 9.402/2019, no que concerne à indicação dos membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria das Empresas de Pequeno Porte	Obrigatório	Nota Técnica ou Despacho	1,24	1.656	18	92
	Análise de regulamentos de compras de organizações sociais	Analisar as minutas de Regulamentos de Compras e Contratação de Pessoal de Organizações Sociais, com o fito de verificar o atendimento do disposto no art. 17 da Lei 15.503/2005	Obrigatório	Despacho	0,14	192	24	8
	Análise de diárias, hospedagem e passagens	Analisar os processos referentes às cotas anuais de despesas relacionadas às concessões de diárias, hospedagem e passagens aéreas dos órgãos e entidades do Poder Executivo, à luz do que dispõe o Decreto Estadual 9.737/2020	Obrigatório	Despacho	0,05	72	12	6
	Manifestações em SAC/IAC	Analisar a documentação apresentada pelos Órgãos e Entidades em respostas às SAC's e IAC's emitidas	Essencial	Despacho	2	2.664	36	74
Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Monitoramento	Monitorar de forma eletrônica atividades correlatas aos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Recursos Humanos, Convênios, Subvenções e outros....	Essencial	Planilha	0,09	124	2	62
	Inspeções	Verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Recursos Humanos, Convênios, Subvenções e outros...	Essencial	Boletim de Inspeção ou Despacho	3,49	4.650	150	31
	Outras demandas	Orientações e respostas a consultas, inspeções iniciadas antes do exercício de 2019, bem como outras ações não elencadas anteriormente	Desejável	Nota Técnica ou Despacho	2	2.664	18	148
TOTAL					17,75	23.662		906

Observação: Estarão submetidos à análise todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

São essenciais as manifestações prévias das despesas realizadas para o cumprimento das ações relativas à situação de emergência de COVID-19 (Decreto 9.653/2020 prorrogado pelo Decreto 9.778/2021) e nas manifestações aos processos referentes às licitações, chamamentos, dispensas e inexigibilidades, além daqueles relacionados aos aditivos contratuais cujo valor exceda a 2 milhões de reais (ATA DE REUNIÃO Nº 04/2020 da CÂMARA DE GESTÃO DE GASTOS e Decreto 9.737/2020).

São obrigatórias as análises dentro do Projeto de Monitoramento Total.

Após a análise crítica quanto à materialidade, criticidade e relevância, elencou-se as demandas a serem analisadas no PLANO OPERACIONAL DAS AÇÕES DE CONTROLE – POAC 2021 desta CGE:

TABELA 04 - PLANEJAMENTO DE INSPEÇÕES 2021					
DEMANDANTE	PROCESSO	DOCUMENTO SEI Nº	ESCOPO/MOTIVAÇÃO	TIPIFICAÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE
SANEAGO	-	000016999594	Investigações conjuntas dos processos oriundos da Operação Decantação, especialmente 19402/2018 e 20331/2018, obras do Sistema Produtor Mauro Borges e Corumbá, respectivos.	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento dagesão
SEAPA	59100.000165/2008-61	000016805398	Termo de Compromisso Nº 15/2008- Elaboração dos estudos de viabilidade técnica, socioeconômica, financeira e ambiental da 1ª, 2ª e 3ª etapas e anteprojeto de engenharia da 3ª etapa do perímetro irrigado Flores de Goiás.	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento dagesão
SEAPA	02000.001119/1997-11	000016805398	Termo de Compromisso Nº 251/2011 - Execução das Obras de Implantação do Projeto Luiz Alves do Araguaia - 2ª Etapa, Fase B e C	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento da gestão
SEDS	201810319001095	000016620322	Ação Auxílio Nutricional (Lei Estadual nº 14.023, de 21 dezembro de 2001) - versa sobre repasse de recursos financeiros para complementação nutricional às entidades que atendem diariamente crianças, adolescentes, idosos, dependentes químicos, doentes crônicos, queimados, entre outros, garantindo-lhes os direitos fundamentais e assegurando a inclusão social deste público	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento dagesão
SEDS	201910319000626	000016620322	Auxílio para Pagamento de Tarifas de Energia Elétrica, Água Tratada e Coleta de Esgotamento Sanitário (Lei Estadual nº 14.052, de 21 de dezembro de 2001) - Pagamentos das contas pelo consumo de energia elétrica e água tratada e pela utilização do serviço de coleta de esgoto, mediante convênios a serem celebrados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás e as empresas concessionárias respectivas, e Termo de Compromisso com as entidades pretendentes	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento dagesão
CODEGO	201910216000203	000016947041	Contratação de serviços de perfuração de até 3.000 metros, desobstrução e tamponamento de poços tubulares profundos no DAIA em Anápolis.	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento da gestão
CODEGO	202010216000120	000016947041	Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços comuns de engenharia, para reforma/manutenção das instalações da Arena Multiuso (Cavaliódromo) em Pirenópolis.	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento da gestão
CODEGO	201910216000184	000016947041	Contratação de Empresa de Engenharia para execução do serviço de micro revestimento asfáltico a frio com polímeros (MRAF), no DAIA. Contratação de serviços dos controles tecnológico para acompanhamento e fiscalização da execução do MRAF e sinalização viária no DAIA.	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento dagesão
MPGO - 20ª PJ de Goiânia	201900852519	000017235426	Supostas ilegalidades nos processos da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, referente a construção de unidades habitacionais através do Programa Cheque Moradia.	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento da gestão
MPGO - 20ª PJ de Goiânia	201700184293	000017235426	Possível irregularidade na FAPEG, na aquisição de sistema para gerenciamento de projetos e editais.	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento dagesão
Polícia Civil / SINDIAGRI	202000007021794 201911867002569	000012548884 000010578424	Alienação de terras (estações experimentais situadas em Senador Canedo), processos nº 201500005007606 e 201500005007629, leilões públicos nº 005/2016 e 003/2016	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento da gestão
GOINFRA	201600036000829	000014241610	Contrato nº 023/2017-PR-NEJUR e aditivo (projeto de concessão rodoviária)	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento da Gestão
SES	-	-	Inspeccionar os controles exercidos pelos órgãos "parceiro público" sobre o "parceiro privado" – Organização Social, quanto à contratação de pessoal para atender demanda de serviços oferecidos em decorrência de contrato de Gestão assinados com o Estado de Goiás.	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento da Gestão
TODOS OS ÓRGÃOS	-	-	Inspeccionar ocorrência de pagamento de rubrica em desacordo com a legislação vigente, ou sem a devida parametrização, nos exercícios de 2015 a 2021.(residual)	DESEJÁVEL	Inspeção de Pessoal e Folha de Pagamentos
SES IPASGO ECONOMIA	-	-	Inspeccionar as transferências financeiras ao IPASGO, decorrentes da Lei nº 17.477/2011, em relação aos custeios/subsídios dos aposentados e pensionistas antes da Emenda Constitucional nº 16/97, dos usuários do Programa de Apoio Social - PAS e das vítimas ou pensionistas do acidente radioativo com o Césio 137.	DESEJÁVEL	Inspeção de acompanhamento da Gestão

7. PLANO ORÇAMENTÁRIO

As atividades de fiscalização realizadas no âmbito da GEIPF, em sua grande maioria, fazem uso tão somente dos sistemas corporativos do Estado (SEI, SIOFINET, RHNET, COMPRASNET, dentre outros); de sistemas de TI já desenvolvidos por esta CGE (SCI, SGA, SGI); além de outras ferramentas de TI disponíveis (internet, google drive, zoom, etc.). A utilização de tais ferramentas não onera a execução deste projeto.

Além do informado no parágrafo retro, em algumas fiscalizações, são necessárias viagens para verificação *in loco* do objeto, as quais, juntamente com a capacitação de que dispõe o item 9 supra, tiveram seus quantitativos consignados no quadro a seguir:

Recursos necessários para a execução do projeto	
Sistemas corporativos do Estado	R\$ 0,00
Sistemas internos desenvolvidos na CGE	R\$ 0,00
Ferramentas de TI e de internet de uso público	R\$ 0,00
Material de Expediente*	R\$ 1.200,00
Diárias**	R\$ 1.600,00
Capacitação***	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 12.800,00
*Estimado R\$ 100,00 mensais.	
** Estimado 10 diárias para o interior (Decreto 9.733/2020).	
*** Conforme item 9 retro	

8. RISCOS DO PROJETO

RISCO	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO
Fiscalizações Inconsistentes	<p>1. Deficiência de parametrização/padronização no procedimento de inspeção;</p> <p>2. Falta de perfil/capacitação de pessoal;</p> <p>3. Morosidade/Não fornecimento dos documentos solicitados;</p> <p>4. Prazo incompatível para análise e produção de relatório (urgência na entrega);</p> <p>5. Falta de ferramentas eficazes para a produção da análise do objeto (TI);</p> <p>6. Base de dados do Estado com informação não confiável;</p> <p>7. Comunicação ineficiente com os órgãos;</p> <p>8. Planejamento inadequado.</p>	<p>1. Perda de prestígio da instituição;</p> <p>2. Baixa efetividade nos trabalhos realizados;</p> <p>3. Fiscalizações superficiais;</p> <p>4. Erros na caracterização das irregularidades;</p> <p>5. Não conseguir realizar o monitoramento das recomendações;</p> <p>6. Má qualidade das recomendações.</p>	RARO	MODERADO	BAIXO

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o projeto em sua totalidade, verifica-se grande possibilidade de sucesso na continuidade do Monitoramento Preventivo, conforme experiência dos trabalhos já realizados em 2020, seja por meio da manifestação nos processos formalmente encaminhados no SEI, seja por meio do acompanhamento realizado através dos painéis gráficos.

Não obstante a necessidade da maior abrangência possível de processos que acarretam gastos públicos, um fator essencial que terá que ser levado em consideração é a capacidade produtiva da equipe destacada para análise e fiscalização preventiva, pois o universo desses processos torna inviável o Monitoramento de sua totalidade. Por isso a relevância deste planejamento.